

ENTIDADES DE APOIO E FOMENTO À ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL: UMA ANÁLISE EXPLORATÓRIA

Sandro Pereira Silva¹

1 INTRODUÇÃO

O termo economia solidária vem ganhando maior densidade acadêmica, social e política nos últimos anos, em função do crescimento de pesquisas em torno do tema, de grupos produtivos criados sob a diretriz do trabalho associativo e de estruturas e programas governamentais de apoio às organizações e experiências nos diversos setores da vida social e econômica no Brasil. Paralelamente a essa evolução, vários esforços foram dirigidos no intuito de produzir informações sistemáticas sobre a dinâmica dessas experiências e sua importância em termos de geração de trabalho e renda, compreendendo assim seus principais padrões de localização, composição, e seus pontos de conexão com o sistema econômico mais geral.

Como resultado, foi criado pelo governo federal – sob a responsabilidade do Ministério do Trabalho e Emprego, por intermédio de sua Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), em parceria com organizações da sociedade civil, o Sistema de Informações da Economia Solidária (Sies), com vistas a ampliar o conjunto de instrumentos para servirem de referência a novas pesquisas que auxiliem no aprofundamento do conhecimento sobre essas práticas sociais diversificadas no território nacional. Para compor suas bases de informação, foram realizados dois mapeamentos de empreendimentos de economia solidária no Brasil. O primeiro foi finalizado em 2007, e o segundo, em 2013. Tais informações abrangem um volume bastante extenso de dados sobre os EES em todo o país, em suas distintas dimensões possíveis de análise (Silva e Nagem, 2012; Gaiger, 2014; Silva e Carneiro, 2014; 2015; 2016a; 2016b).

Além das informações sobre os empreendimentos, outras pesquisas foram realizadas quase que em paralelo para complementar o banco de dados do Sies, com a aplicação de questionários específicos. Entre elas estão a “pesquisa de sócios e sócias” e a pesquisa sobre Entidades de Apoio e Fomento (EAF) à economia solidária no Brasil.

1. Técnico de planejamento e pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea. *E-mail*: <sandro.pereira@ipea.gov.br>.

É sobre essa última que se trata a discussão presente neste texto, no intuito de analisar os dados referentes à dinâmica organizacional das EAFs em todo o território nacional. Em termos metodológicos, vale ressaltar que, assim como no questionário geral do Sies aplicado aos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), a pesquisa junto às EAFs não representa de forma alguma um censo sobre esse tipo de organização. A escolha das entidades para a aplicação dos questionários também não ocorreu via amostragem estatisticamente representativa, mas, sim, diretamente junto às EAFs que possuem ligações com os empreendimentos mapeados na pesquisa do Sies.

2 SITUANDO A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO MUNDO DO TRABALHO

O mundo do trabalho no Brasil vai muito além das relações assalariadas de mercado, que são as formas típicas e características do modo de regulação capitalista. Uma gama de outras atividades econômicas que não envolvem diretamente uma relação contratual de compra e venda de força de trabalho são observadas nas diversas dimensões da sociabilidade humana. Fatores estruturais como o enfraquecimento do peso do emprego industrial no total de ocupação na economia e a precarização dos postos de trabalho ao longo dos últimos anos evidenciaram ainda mais essa realidade heterogênea das formas de ocupação laboral.

Essas relações de trabalho “alternativas” manifestam-se por naturezas distintas. Elas podem simplesmente corresponder à informalidade na atividade econômica, que tem suas raízes no processo contraditório e inacabado de desenvolvimento vivido por todos os países latinoamericanos, cada um com suas características, o que faz com que um enorme contingente populacional busque diariamente estratégias individuais ou familiares precárias de inserção no circuito global de circulação de valor (Galiza, Gonzalez e Silva, 2011).

Outra possibilidade é quando grupos de indivíduos organizam-se de forma associativa, sem uma relação direta de compra e venda de força de trabalho entre eles, para desempenhar diferentes atividades de teor econômico, sejam elas voltadas à produção propriamente dita e à prestação de serviços, ou atividades de intermediação, como a constituição de fundos para microfinanças solidárias locais, trocas de produtos e serviços de interesse comum, compras conjuntas, utilização coletiva de bens ou espaços de produção, assessoramento e assistência técnica, serviços de comercialização, entre outras. Todas essas possibilidades no campo da ação coletiva inserem-se na concepção de uma economia plural, em que múltiplas formas de regulação convivem concomitantemente, às vezes de maneira contraditória e conflituosa, outras de maneira complementar (Singer, 2002; Kraychete, 2007; França Filho; Laville, 2006; Silva, 2010).

No contexto da realidade brasileira, ao longo da década de 1990, já como resultado da redemocratização e retorno da garantia de livre associação no país, muitos grupos populares (urbanos e rurais) que apresentavam entre seus pontos organizativos o cooperativismo e o associativismo passaram a ganhar mais notoriedade no cenário político regional e nacional. Como forma de unificar o discurso em torno dessa pauta, um conjunto significativo de intelectuais e representantes de movimentos sociais passou a adorar o termo “economia solidária”, como um conceito que aglutina uma miríade de iniciativas econômicas populares, seja no campo, seja na cidade, que possuía o trabalho coletivo

e a “autogestão”² como elementos centrais de identidade comum, isto é, “uma unidade em meio à diversidade”. As iniciativas marcadas por essas características foram então denominadas genericamente pelos próprios atores envolvidos nesse debate como “Empreendimentos Econômicos Solidários” (EES).

Como grande parte dessas experiências, encontra-se inserida no universo da economia informal, com poucas ou nenhum mecanismo de registro, as pesquisas sobre essas práticas sociais são majoritariamente baseadas em estudos de caso, que apesar de importantes para conhecer suas particularidades, não permitem uma extrapolação maior sobre a realidade da economia solidária em diferentes conjunturas setoriais e territoriais. Foi preciso criar um sistema próprio para o fornecimento de informações mais amplas sobre as práticas desempenhadas por esses empreendimentos e os atores sociais ligados a eles em todo o território nacional, permitindo assim análises mais agregadas sobre suas dimensões organizacionais, sobretudo para fins de formulação de políticas públicas de apoio. Nesse contexto, o Sies foi criado por iniciativa da Senaes, em conjunto com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), órgão de abrangência nacional que aglutina diferentes organizações da sociedade civil envolvidas na temática da economia solidária e que realiza uma interlocução direta com as instituições estatais.

A segunda edição do Sies, finalizada em 2013, identificou um total de 19.708 EES em todos os estados brasileiros, disponibilizando uma extensa gama de informações sobre cada um deles. Esse conjunto de EES encontra-se organizado, basicamente, em formas organizacionais, que podem ser sintetizadas de acordo com as motivações e suas capacidades de geração de renda aos associados: *i*) grupos informais: demonstram situação de maior precariedade econômica, relacionada a desemprego e insuficiência de renda, com menor incidência em objetivos de financiamento ou de ação reativa provocada por políticas públicas; *ii*) associações: relacionam-se mais frequentemente com fatores externos e com políticas de apoio, de financiamento, de assistência social ou outras; e *iii*) cooperativas: respondem a motivações mais variadas, principalmente, de ganhos maiores para os sócios e de esses se converterem em donos do empreendimento, mas também como uma alternativa de qualificação, atuação profissional, produção ecológica ou como via de recuperação de empresas privadas falidas (Gaiger, 2014, p. 37).

De modo geral, o mapeamento realizado para alimentação do banco de dados do Sies possibilitou um conhecimento mais aprofundado sobre os limites e as potencialidades dessas formas de organização econômica, bem como as particularidades regionais que as caracterizam. O fato de haver um conjunto variado de empreendimentos – no tocante a seus atores, suas formas organizacionais, suas motivações, suas inserções setoriais na economia, sua relação com o entorno – impede a definição de receituários gerais de gestão ou trajetórias tecnológicas para auxiliá-los na condução de seus problemas cotidianos. Nesse sentido, o acesso a serviços de assessoria, assistência ou capacitação técnica nos mais diversos aspectos que envolvem suas atividades torna-se um fator fundamental para se pensar a capacidade de organização e a viabilidade econômica desses empreendimentos.

2. A autogestão é representada pelo “conjunto de práticas sociais que se caracteriza pela natureza democrática das tomadas de decisão, que propicia a autonomia de um ‘coletivo’. É um exercício de poder compartilhado”. Sua adoção implica o equilíbrio de forças entre os atores dentro da organização (Albuquerque, 2003, p. 20).

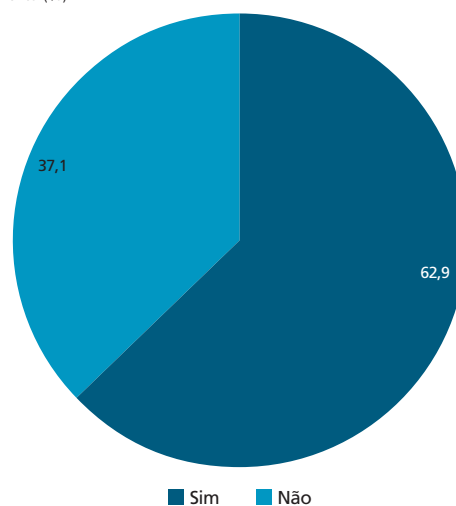
Há no Brasil uma série de entidades que fornecem apoio e assessoria à grande parte dos EES, com atuação tanto no meio rural quanto no meio urbano. Elas são estruturadas ou organizadas por organizações não governamentais (ONGs), universidades, movimentos sociais, centrais sindicais, fóruns nacionais e estaduais, instituições religiosas, entre outros. Algumas delas tiveram atuação mais decisiva em momentos específicos, ou em setores econômicos específicos, enquanto outras seguem como pontos de referência importantes para a realidade atual da economia solidária no país (Silva e Carneiro, 2016b).

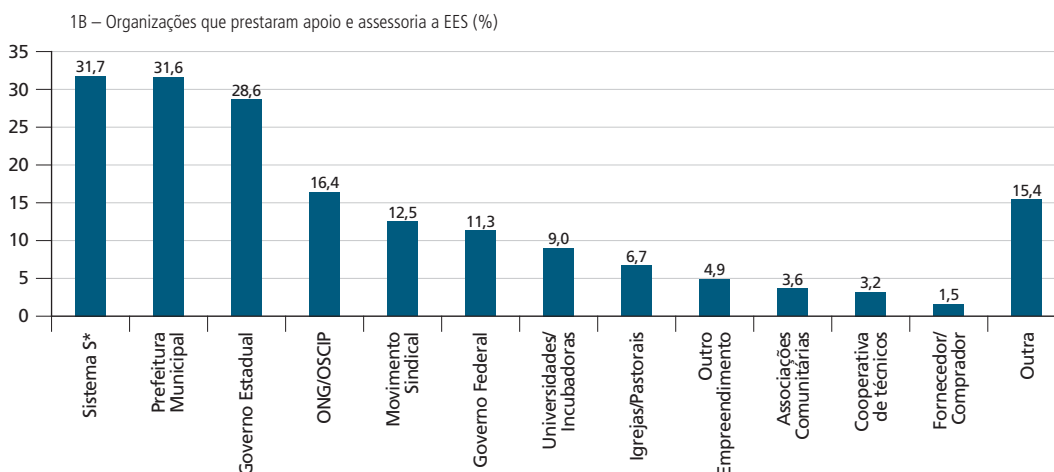
Esse conjunto heterogêneo de organizações fornece serviços de apoio e assessoramento a um número considerável de EES no Brasil. Segundo os dados da própria pesquisa do SIES junto aos empreendimentos, 62,9% deles afirmaram ter recebido algum tipo de assessoria ou qualificação técnica no ano anterior à pesquisa, aproximadamente dois terços do total, e 37,1% não tiveram acesso algum (gráfico 1). Quanto aos fornecedores de assessoria, entre os EES que responderam sim, os órgãos ligados a governos (municipal, estadual e federal) foram os mais lembrados, somando pouco mais de 70% das respostas. Um destaque entre os órgãos governamentais de apoio é a participação da Emater, empresa estadual de assistência técnica que assessoria grande número de empreendimentos ligados à agricultura familiar em praticamente todo o Brasil. As organizações ligadas ao Sistema 'S' também foram bastante lembradas entre os representantes dos empreendimentos, com destaque para o Sebrae, sobretudo junto a grupos urbanos. Além destes, destaca-se a participação do movimento social e sindical na prestação de assessoria a empreendimentos com a participação de trabalhadores de sua base. O papel de ONGs, que atuam geralmente em temáticas específicas, também foi importante na assessoria e fomento dos EES no Brasil. Destaca-se ainda o papel das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), ligadas a instituições de ensino superior brasileiras, que exercem um importante trabalho ao aliar a prática da extensão universidade ao fomento de grupos econômicos coletivos, geralmente situados no entorno das sedes universitárias.

GRÁFICO 1

Assessoramento técnico aos EES

1A – EES que receberam assessoramento (%)





Fonte: Banco de dados do Sies (2014).

Elaboração dos autores.

Obs.: *O Sistema "S" incluiu uma série de organizações de natureza paraestatal, como: Sebrae, Senar, Senac, Sesi e Sescoop.

Os serviços de assessoramento a esses empreendimentos são acessados em geral por meio de programas de apoio e por parcerias firmadas com entidades de origem e natureza institucional bem diversa. Quanto aos tipos de assessoramento recebidos, estes também são variados. Os mais citados foram: assistência técnica e/ou gerencial (60,9%); qualificação profissional (57,1%); formação sociopolítica (33,6%), entre outros. Alguns pontos importantes como assessoria à elaboração de projetos e assessoria na formalização do empreendimento, também foram citados, como se pode observar na tabela 1.

TABELA 1

Tipo de apoio/assessoria que o EES recebeu

Respostas	Total de respostas	%
Assistência técnica e/ou gerencial	7.541	25,5
Qualificação profissional, técnica, gerencial	7.070	23,9
Formação sociopolítica	4.166	14,1
Assistência jurídica	1.414	4,8
Assessoria em marketing e comercialização	1.648	5,6
Diagnóstico, planejamento e análise de viabilidade	1.885	6,4
Assessoria na constituição, formalização ou registro	2.095	7,1
Elaboração de projetos	3.129	10,6
Incubação	616	2,1

Fonte: Banco de dados do Sies (2014).

Elaboração dos autores.

No intuito de ampliar as informações não apenas dos empreendimentos, mas também sobre as organizações que lhes prestam algum tipo de assessoramento em suas atividades, uma novidade nessa última atualização do SIES foi a realização de uma pesquisa paralela junto às EAFs. As principais informações dessa pesquisa são debatidas na seção 3.

3 CARACTERÍSTICAS GERAIS DAS EAFs

A segunda rodada do Sies mapeou ao todo 439 entidades de apoio e fomento (EAF) à economia solidária no Brasil. Esse então será o universo das observações a serem analisadas nesta seção. Em suma, essas EAFs são relativamente novas, uma vez que 60% delas foram criadas nos três anos anteriores à pesquisa de campo, ou seja, entre 2011 e 2013. Apenas 58 EAFs (12%) possuíam 10 anos ou mais de fundação, sendo criadas até o ano de 2004.

Em termos regionais, as EAFs estão distribuídas conforme ilustrado na tabela 2. O Nordeste foi a região com o maior número de entidades mapeadas, com 193 (43,9% do total). Importante ressaltar que o Nordeste foi também a região com o maior número de empreendimentos mapeados pelo Sies, com 48% do total. Entretanto, a distribuição territorial das EAFs explicita a existência de problemas operacionais dessa pesquisa. Somente 17 estados tiveram alguma EAF mapeada. Na região Centro-Oeste, por exemplo, apenas Mato Grosso do Sul apresentou registros. Outro fato digno de nota é que o estado de São Paulo, que contribuiu com 258 EES no banco de dados do SIES, tem apenas um registro de EAF. Ainda assim, as informações presentes nesse banco de dados resultam em um esforço inicial de compreensão desse universo complexo que envolve o apoio e o assessoramento aos empreendimentos de economia solidária no Brasil.

TABELA 2

Total de EAFs por região

Regiões	Total de EAFs	%
Centro-Oeste	5	1,2
Nordeste	193	43,9
Norte	61	13,9
Sudeste	94	21,4
Sul	86	19,6
Total	439	100,0

Fonte: Banco de dados do Sies (2014).
Elaboração dos autores.

Quanto à abrangência de atuação das EAFs, a tabela 3 demonstra que a maioria delas – 268 (61,1%) – afirmou possuir atuação estadual ou interestadual. Outras 114 (25,9%) possuem abrangência nacional de atuação, enquanto 57 (13%) atuam no nível municipal ou intermunicipal.

TABELA 3

Total de EAFs por área de abrangência

Área de abrangência	Total de EAFs	%
Nacional	114	25,9
Estadual e/ou interestadual	268	61,1
Municipal e/ou intermunicipal	57	13,0
Total	439	100,0

Fonte: Banco de dados do Sies (2014).
Elaboração dos autores.

Em termos de dimensão institucional das EAFs mapeadas, os dados apontam que a natureza jurídica mais encontrada foi a de organização social (OS), com 19,3% do total. Uma parte delas declarou-se sem registro (6,8%) e um grupo importante também definiu-se como “outras formas de associação” (28,1%). Os dados estão discriminados na tabela 4. Comparando esses dados com o gráfico 1, que traz informações retiradas da pesquisa Sies junto aos empreendimentos, chama a atenção a baixa participação das entidades ligadas ao Sistema S. Enquanto no gráfico elas são as mais lembradas pelos representantes dos EES, com 31,7% das respostas, na pesquisa junto às EAFs, elas correspondem a somente 1,2% do universo pesquisado.

TABELA 4

Total de EAFs por natureza jurídica

Natureza jurídica	Total de EAFs	%
Fundações privadas	43	9,8
Informal – Organização sem Registro Legal	30	6,8
Organização Social – OS	85	19,3
Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP	43	9,8
Serviço Social Autônomo (Sebrae, SESCOOP, SENAR etc.)	5	1,2
Outras formas de associação	123	28,1
Outra	110	25,1
Total	439	100,0

Fonte: Banco de dados do Sies (2014).
Elaboração dos autores.

Já no tocante ao tipo de vínculo social que as EAFs possuem, como mostrado na tabela 5, o mais citado foi o vínculo com o movimento sindical, que correspondeu a 18,7% do total. Outros tipos de vínculo também se destacaram. As entidades ligadas a instituições religiosas responderam por 16,6%, muito em função da atuação de pastorais e Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), com destaque para a atuação da Cáritas Brasileira, ligada à Igreja Católica. As EAFs com esse tipo de vínculo sobressaem-se no Rio Grande do Sul, onde foram registradas 25 delas. Entidades ligadas a governos, em seus diferentes níveis de administração, também foram bem citadas, com 16,2%. Outro destaque fica por conta da atuação de universidades e núcleos de extensão universitária, com 11,8% dos registros. Nesse caso, sobressai o trabalho desempenhado pelas Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), que se disseminaram em todo o território nacional desde o início dos anos 2000.

Outra informação relevante refere-se à participação de algum tipo de rede ou articulação coletiva. Sobre esse questionamento, 322 (73,3%) das EAFs declaram que sim e 117 (26,7%) delas declaram que não participam. Esse dado demonstra que há um relativo interesse das EAFs em se articularem coletivamente para potencializar seus trabalhos junto aos empreendimentos. Muitas delas estão inseridas na agenda de mobilização dos movimentos sociais, em redes de comercialização, redes de incubadoras, centrais de cooperativas, entre outros tipos de organização coletiva.

TABELA 5

Total de EAFs por tipo de vínculo social

Tipo de vínculo	Total de EAFs	%
Movimento sindical	82	18,7
Igreja ou instituição religiosa	73	16,6
Governo (órgãos, instituições governamentais)	71	16,2
Instituição de ensino, universidade, centro de pesquisa	52	11,8
ONG/Federação de Órgãos Sociais	36	8,2
Não possui nenhum tipo de vínculo	125	28,5
Total	439	100,0

Fonte: Banco de dados do Sies (2014).
Elaboração dos autores.

Por fim, duas questões com múltiplas respostas indicam os tipos de assessoramento e em quais áreas ou setores socioeconômicos as EAFs mapeadas atuam. Primeiramente, as informações sobre o tipo de atuação e/ou assessoramento que elas desempenham juntos aos empreendimentos indicam que as principais formas de apoio são para articulação política, atividades de formação profissional e assistência técnica e gerencial. Juntas, essas três atividades correspondem a 75% das respostas. Esse resultado está condizente com os dados da tabela 1 auferidos da pesquisa Sies com os empreendimentos, visto que as três áreas de atuação também são as principais na indicação dos representantes dos EES. Em relação à área de atuação das EAFs, o setor rural destaca-se com mais de um terço do total (36,5%). A atividade comercial também foi bem representada na atuação dessas entidades. Já a atividade industrial foi o setor com menor representação, em decorrência da própria natureza organizacional dos EES, como já apontaram os estudos citados de Gaiger (2014) e Silva e Carneiro (2014; 2016b).

Os dados das tabelas 6 e 7 mostram que o universo de atuação das EAFs é bastante diversificado. Essa diversificação pode ser notada tanto no que se refere ao tipo de atuação para o assessoramento de EES, quanto em termos das áreas ou setores de atuação econômica em que cada uma se insere predominantemente.

TABELA 6

Total de EAFs por tipo de atuação/assessoramento

Tipo de atuação/assessoramento	Total de respostas	%
Articulação política	331	29,3
Formação (capacitação e qualificação)	302	26,8
Assistência técnica e gerencial	209	18,5
Pesquisa – desenvolvimento de conhecimento/tecnologia	80	7,1
Incubação	73	6,5
Financiamento (microcrédito e fundos rotativos)	73	6,5
Outra atuação	60	5,3
Total	1.128	100,0

Fonte: Banco de dados do Sies (2014).
Elaboração dos autores.
Obs.: Essa questão aceitou múltiplas respostas.

TABELA 7

Total de EAFs por área de atuação

Área de atuação	Total de respostas	%
Atividade agrícola, pecuária e extrativa	1.315	36,5
Atividade comercial	663	18,4
Atividade de agricultura urbana	420	11,6
Atividade de serviços	390	10,8
Atividade industrial	315	8,7
Outras atividades	501	13,9
Total	3.604	100,0

Fonte: Banco de dados do Sies (2014).

Elaboração dos autores.

Obs.: Essa questão aceitou múltiplas respostas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção de dados quantitativos para uma melhor caracterização dos atores envolvidos no universo da economia solidária no Brasil é uma atitude fundamental para um salto qualitativo na produção de conhecimento sobre as diversas dimensões analíticas que suas práticas possibilitam. O projeto do Sies veio cumprir um papel importante nesse sentido, cobrindo parte da lacuna de informações agregadas sobre as atividades desenvolvidas por esses atores, suas demandas organizativas e seu potencial de contribuição para o desenvolvimento territorial.

Como as entidades de apoio e fomento desempenham um papel de grande relevância no desenvolvimento dos empreendimentos em todo o país, as pesquisas que auxiliam na percepção de suas distintas dinâmicas também são muito bem vindas, pois são essenciais para entender cada vez melhor suas potencialidades e fragilidades organizacionais.

Esse texto visou então destacar o esforço desenvolvido pela Senaes e FBES em criar um banco de dados experimental sobre essas entidades em todo o país. As informações demonstram que as EAFs desempenham um leque amplo de serviços de assessoria, além de possuírem características institucionais bastante heterogêneas entre elas, o que implica em estratégias diferenciadas de atuação no território.

Em que pese as dificuldades operacionais e as falhas metodológicas do trabalho de campo para a geração dos dados, essas informações podem indicar caminhos posteriores para o aperfeiçoamento de uma ferramenta contínua de levantamento de dados sobre esse tipo de atividade.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, P. P. Autogestão. *In*: CATTANI, A. D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J. **Economia solidária**: uma abordagem internacional. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

GAIGER, L. I. **A economia solidária no Brasil**: uma análise dos dados nacionais. São Leopoldo: Oikos, 2014.

GALIZA, M.; GONZALEZ, R.; SILVA, S. P. Debatendo a dicotomia formal/informal: em busca de uma interpretação sistêmica do mercado de trabalho brasileiro. *In*: OLIVEIRA, R. V.; GOMES, D.; TARGINO, I. **Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho**. João Pessoa: Editora UFPB, 2011.

KRAYCHETE, G. **Economia dos setores populares**: sustentabilidade e estratégias de formação. São Leopoldo: Oikos, 2007.

SILVA, S. P. A economia solidária e os desafios da gestão pública. **Revista Outra Economia**, v. 4, n. 7, 2010.

SILVA, S. P.; NAGEM, F. A. Dimensões estruturais dos empreendimentos de economia solidária: uma análise para os estados da Bahia e Paraná. **Revista de Economia do Nordeste**, v. 43, n. 2, 2012.

SILVA, S. P.; CARNEIRO, L. M. Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil: apontamentos iniciais para o debate. **Mercado de trabalho – conjuntura e análise**, n. 57, Ipea, 2014.

_____. Empreendimentos de economia solidária na cadeia produtiva da reciclagem: um olhar inicial sobre os dados do sistema de informações da economia solidária. **Mercado de trabalho – conjuntura e análise**, n. 59, Ipea, 2015.

_____. Análise das informações do mapeamento de economia solidária para empreendimentos de finanças solidárias. **Mercado de trabalho – conjuntura e análise**, n. 60, Ipea, 2016a.

_____. Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil: nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos. **Relatório de Pesquisa**, Ipea, 2016b.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.